



CPR /788/2023

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS PARA CONCLUIR A EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÕES DE CONTROLO DA RECUPERAR PORTUGAL DE 2022 (PACRP2022), PARA A ESTRUTURA DE MISSÃO RECUPERAR PORTUGAL

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

Ao abrigo do disposto nos artigos 112.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos (CCP), a Estrutura de Missão "Recuperar Portugal", (doravante designada por "EMRP"), convida a apresentar proposta no âmbito do procedimento identificado em epígrafe, nos termos e condições que se indicam:

Cláusula 1.ª

Objeto do procedimento

1- O presente procedimento tem por objeto a aquisição de serviços técnicos especializados de Revisores Oficiais de Contas para concluir a execução do Plano de Ações de Controlo da Recuperar Portugal de 2022 (PACRP2022), para a Estrutura de Missão Recuperar Portugal, em conformidade com as especificações técnicas definidas no caderno de encargos.

2- O procedimento compreende os seguintes lotes:

- a) Lote 1 - **RE C01-i06**: Transição Digital na Saúde/SPMS, E.P.E.;
- b) Lote 2 - **RE C05-i01.01**: Agendas/Alianças mobilizadoras para a Inovação Empresarial/IAPMEI, I.P.;
RE C05-i01.02: Agendas/Alianças Verdes para a Inovação Empresarial/IAPMEI, I.P.;
- c) Lote 3 - **RE C06-i01.02**: Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional - Modernização da Formação Profissional/IEFP, I.P.; **RE C06-i03.03**: Impulso Adultos/DGES; **RE C06-i04.01**: Impulso Jovens STEAM/DGES;
- d) Lote 4 - **RE C08-i01**: Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis. Condomínio de Aldeia: Programa Integrado de Apoio às Aldeias Localizadas em Territórios de Floresta/FA; **RE C08-i02.01**: Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: SMOS/DGT; **RE C08-i02.03**: Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: Sistema Nacional de Cadastro Predial/SGMJ;
- e) Lote 5 - **TC C12-i01.01**: Bioeconomia: Projetos Integrados (Têxtil e Vestuário, Calçado e Resina Natural e Beneficiação de Povoamentos de Pinheiro Bravo com Potencial para a Resinagem/FA;



- f) **Lote 6 – TD C17-i01.01:** Sistemas de informação de Gestão Financeira Pública/ESPAP, I.P.; **TD C17-i03.01:** Transição digital da Segurança Social/ISS, I.P.; **TD C17-i03.02:** Transição digital da Segurança Social/II, I.P.;
- g) **Lote 7 – TD C18-i01.01:** Justiça económica e ambiente de negócios/IGFEJ, I.P.; **TD C18-i01.02:** Justiça económica e ambiente de negócios/IRN, I.P.; **TD C18-i01.03** Justiça económica e ambiente de negócios/DGPJ;
- h) **Lote 8 – TD C19-i01.02:** Reformulação do atendimento dos serviços público e consulares/SGMNE; **TD C19-i02.01:** Serviços Eletrónicos sustentáveis, baseados na interoperabilidade e utilização de dados para um aumento de transparência e eficiência/AMA, I.P.; **TD C19-i04.01:** Transição Digital na Rede Informática do Governo/CEGER; **TD C19-i07.03:** Capacitação da Administração Pública - Formação Lojas do Cidadão/ Espaços Cidadão/AMA, I.P.;
- i) **Lote 9 – TD C20-i01.02:** Transição Digital na Educação/SGEC;
- j) **Lote 10 – RE C01-i08-RAA:** Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores/DRPFE; **RE C05-i05-RAA:** Relançamento Económico da Agricultura Açoreana/DRPFE; **TD C20-i02-RAA:** Educação Digital (Açores)/DRPFE.

3- A escolha do procedimento de consulta prévia foi adotada ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, atendendo a que o valor do contrato a celebrar é inferior a 75.000 EUR (setenta e cinco mil euros).

4- O código de Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV) aplicável ao objeto do procedimento é o seguinte: 79212300-6 - Serviços de revisão legal de contas.

5- Foi consultada a Direção-geral da Administração e do Emprego Público - DGAEP, nos termos do procedimento prévio de verificação de existência de trabalhadores em situação de requalificação previsto na Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro, tendo sido emitida uma declaração de inexistência de trabalhadores nessa situação.

Cláusula 2.ª

Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o Estado Português, através da Estrutura de Missão “Recuperar Portugal” (“EMRP”), sita na Av. João Crisóstomo, 11 e 11-A, 1000-177 Lisboa, 218 801 120 e o endereço de correio eletrónico ecompras@sg.pcm.gov.pt.

Cláusula 3.ª

Decisão de contratar

O início do procedimento foi decidido por Despacho do Presidente da Estrutura de Missão “Recuperar Portugal”, nos termos do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos, ao abrigo de competências próprias conferidas pela alínea b) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, conjugadas com o



n.º 7 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 46-B/2021, de 4 de maio, na redação conferida pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 93/2022, de 18 de outubro, na data de assinatura do presente convite.

Cláusula 4.ª

Responsável pela direção do procedimento

No âmbito do presente procedimento, pelo mesmo Despacho foi designada como responsável pela direção do procedimento, Joana Oliveira e em suplência, nas suas faltas e impedimentos, Tiago Pinho.

Cláusula 3.ª

Documentos da proposta

1- A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:

- a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao Código dos Contratos Públicos;
- b) Documento com o preço por hora, por lote e preço global da proposta, indicado em algarismos e por extenso, não incluindo o IVA, englobando todos os lotes a que o concorrente apresenta proposta;
- c) Documento com indicação dos lotes a que concorre por ordem decrescente da sua preferência;
- d) Curriculum vitae;
- e) Documento que ateste, no caso de pessoa coletiva, que o prestador dos serviços objeto do procedimento serão prestados pelo revisor oficial de contas pertencente à bolsa criada pela ordem dos revisores oficiais de contas e prevista no Protocolo de Colaboração entre a Ordem dos Revisores Oficiais de Conta e a Estrutura de Missão "Recuperar Portugal";
- f) Qualquer outro documento que o concorrente entenda apresentar, por o considerar necessário ao esclarecimento da sua proposta.

2- Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, admitindo-se o recurso a língua inglesa, francesa, espanhola ou italiana ou estrangeirismos nos documentos indicados no número anterior, com exceção do documento da alínea a).

3- O preço deve ser apresentado em euros, no máximo com duas casas decimais.

4- Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Cláusula 6.ª

Prazo e Modo de apresentação das propostas

1- A proposta deve ser apresentada até às **23:59:59** horas do **9.º dia**, a contar da data de envio do presente convite, na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela entidade adjudicante – AcinGov, acessível através do endereço <https://www.acingov.pt/>.



2- Os documentos que constituem as propostas devem ser apresentados na plataforma eletrónica de contratação pública referida no número anterior, devendo ser assinados eletronicamente pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, nos termos do n.º 4 do artigo 57.º do CCP.

3- A assinatura eletrónica referida no número anterior deve ser aposta mediante a utilização de um certificado digital que reúna os seguintes dois pressupostos:

- a) Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;
- b) Contenha as informações que permitem relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do concorrente.

4- O cumprimento do requisito previsto na alínea b) do número anterior pode ser substituído pelo carregamento na plataforma eletrónica de um documento, dotado de fé pública, que permita comprovar os poderes de representação de que o assinante dispõe.

Cláusula 7.ª

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias, contados da data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

Cláusula 8.ª

Esclarecimentos e erros e omissões das peças do procedimento

1- Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e as listas com a identificação de eventuais erros e omissões do caderno de encargos devem ser apresentados pelos interessados na plataforma eletrónica de contratação pública em uso pela entidade adjudicante, até ao termo do 1/3 do prazo para apresentação das propostas.

2- Os esclarecimentos referidos no número anterior são prestados pelo júri, até ao termo do 2/3 do prazo para apresentação das propostas.

3- A entidade adjudicante pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, até ao termo do 2/3 do prazo para apresentação das propostas.

Cláusula 9.ª

Preço anormalmente baixo

1- Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 71.º do CCP, considera-se que o preço total resultante de uma proposta é anormalmente baixo quando seja 20% (vinte por cento) ou inferior ao preço base fixado no caderno de encargos.



2- O preço anormalmente baixo foi determinado em função da duração estimada dos serviços, da complexidade técnica das temáticas objeto de estudo, bem como das estimativas preparadas pela entidade adjudicante considerando os custos unitários de hora de trabalho, o número de horas de trabalho previstas para a execução dos trabalhos, e o número de recursos a alocar aos trabalhos, e experiência destes últimos.

Cláusula 10.^a

Critério de adjudicação

- 1- A adjudicação será feita para cada lote, segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de monofator, densificada unicamente pelo fator “PREÇO”, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, na sua atual redação.
- 2- Só poderá ser adjudicado um lote a cada concorrente.
- 3- Nos termos do n.º 3 do artigo 46.º A do CCP, a limitação do número anterior resulta da complexidade técnica dos 10 sub-investimentos, que requer uma análise detalhada para cada um deles, bem como do facto de se tentar evitar uma excessiva dependência ou exposição a um único adjudicatário e salvaguardar o interesse público em face de eventuais incumprimentos contratuais.
- 4- Uma vez que, só poderá ser adjudicado um lote a cada concorrente, este deverá identificar, na sua proposta, os lotes por ordem decrescente da sua preferência.
- 5- Caso se verifique que, da aplicação da regra indicada no n.º 2 resulte que um dos lotes fique deserto, não será adotada a limitação à adjudicação de apenas um lote a cada concorrente para o lote em questão.
- 6- Será reduzido a escrito um contrato por cada lote, nos termos do n.º 1 do artigo 94.º do Código dos Contratos Públicos.
- 7- Em caso de empate após aplicação do critério de adjudicação, será utilizado como critério de desempate o sorteio.
- 8- Serão convidados a assistir ao sorteio os representantes de cada um dos concorrentes, cujas propostas se mostram empatadas.
- 9- A falta de um ou mais dos representantes mencionados no ponto anterior não constitui impedimento para a realização do sorteio.

Cláusula 11.^a

Negociação

As propostas não serão objeto de negociação.

Cláusula 12.^a

Documentos de Habilitação



1- No prazo de **3 (três) dias úteis** contados da data de notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário deverá apresentar, através da plataforma eletrónica de contratação pública em uso pela entidade adjudicante, os seguintes documentos:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do CCP, prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP;
- b) Certificados do registo criminal da pessoa coletiva e de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções destinados a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
- c) Documentos comprovativos, no que se refere às alíneas d) e e) do artigo 55.º do CCP, de que tem a sua situação regularizada relativamente a:
 - i) Contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - ii) Impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- d) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, se aplicável;
- e) Declaração do beneficiário efetivo no âmbito do RCBE, estabelecida pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, alterada pela Lei n.º 58/2020, de 31 de agosto e regulamentada pela Portaria n.º 233/2018, de 21 de agosto, e pela Portaria n.º 200/2019, de 28 de junho, se aplicável.

2- Quando os documentos referidos no número anterior se encontrem disponíveis na internet, o adjudicatário poderá, em substituição da sua apresentação, autorizar a consulta da informação e indicar os dados necessários para a sua consulta.

3- O prazo para supressão de eventuais irregularidades detetadas nos documentos de habilitação é de 3 (três) dias úteis, a contar da respetiva notificação.

4- Os documentos de habilitação serão apresentados através de submissão na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela entidade adjudicante ou, no caso de indisponibilidade desta, através de envio para o seguinte endereço de correio eletrónico: ecompras@sg.pcm.gov.pt.

Cláusula 13.ª

Caução

Não há lugar à prestação de caução.



Anexos:

Anexo I: Anexo I ao CCP;

Anexo II: Anexo II ao CCP;

Caderno de encargos do procedimento.



ANEXO I AO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea *i*) da alínea *b*) e alínea *c*) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável]

1 – ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 – Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas *b*), *d*), *e*) e *h*) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.



7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



ANEXO II AO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 – ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 – O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º